

CONCENTRAÇÃO

TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**16 ABRIL 2010 – 16 HORAS
FARO – JARDIM MANUEL BÍVAR**

O actual governo do PS continua a fazer pagar aos trabalhadores – sejam do sector público ou do sector privado – os elevados custos da crise do capitalismo, resultante da política de direita seguida nas últimas 3 décadas e aprofundada nos últimos anos.

Mas os trabalhadores não aceitam pagar esta crise, cujos responsáveis e seus beneficiários continuam a acumular lucros e a aproveitar-se dela para agravar ainda mais o fosso entre o capital e o trabalho na distribuição do rendimento nacional. Com efeito, a percentagem dos salários no PIB passou de 59% em 1975, para 35% em 2005 e para 34,1% em 2009.

Presentemente, o Orçamento de Estado para 2010 e o Programa de Estabilidade e Crescimento impõem medidas que vão afectar gravemente o nível de vida e os direitos dos trabalhadores, das quais destacamos:

- **Congelamento de salários e pensões;**
- **Crescimento económico muito reduzido o que originará que Portugal se afaste ainda mais da média comunitária, que o desemprego continue a aumentar e o País continue mergulhado na crise, sem possibilidade de sair dela.**
- **Redução da dedução específica no IRS dos aposentados e reformados dos 6.000 euros actuais para 4.104 euros, o que aumenta o imposto a pagar;**
- **Redução dos benefícios fiscais, também com o aumento dos impostos para todos os trabalhadores com um rendimento tributável superior a 7300 euros por ano.**

Por outro lado, as privatizações das empresas públicas permitirá que empresas estratégicas para o desenvolvimento do País (ANA, REN, CTT, seguradoras da CGD, etc.) vão parar às mãos de grandes grupos financeiros, que vão impor preços exorbitantes, como sucedeu com a Galp e a EDP. Além de se perspectivar a venda dessas empresas ao desbarato.

Com estas medidas – que o PSD e CDS apoiam, tentando não se comprometer directamente com elas – o governo do PS perdeu toda a credibilidade junto dos trabalhadores.

Repare-se que, para salvar os interesses do capital, o governo não se inibiu de agravar o défice para 9,3%. Mas, para combater o desemprego e minorar situações de pobreza, mesmo de quem trabalha, já não se pode agravar o défice, mas antes, tem de ser diminuído para menos de 3%, rapidamente e em força.

Por isso, lutar contra os objectivos do governo e pela intervenção dos trabalhadores na vida dos serviços, respeitando os seus direitos, é lutar pelo desenvolvimento económico do país.

Por isso, os trabalhadores da Administração Pública – mesmo sabendo que os resultados da sua luta não são imediatos, mas que vale a pena lutar, – vão continuar a defender:

- **Salários e pensões justos, contra o seu congelamento e diminuição real;**
- **Uma aposentação digna, contra a retirada de direitos e a degradação das condições gerais de aposentação;**
- **Estabilidade, contra a destruição do vínculo de nomeação e a introdução da possibilidade de despedimento;**
- **Um sistema de avaliação justo e exequível, contra o injusto e irracional sistema de quotas do SIADAP;**
- **Contagem de todo o tempo de serviço:**
- **Contra a destruição das carreiras profissionais, a polivalência e a colocação em mobilidade especial;**
- **Uma administração pública de qualidade e eficaz, ao serviço das populações.**

A LUTA IMPRESCINDÍVEL DOS TRABALHADORES

A manifestação do passado dia 5 de Fevereiro e a greve geral de 4 de Março foram pontos altos da luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos!

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e os trabalhadores não desistirão de continuar a lutar por melhores condições de vida e de trabalho, pelos seus direitos, pela defesa de uma Administração Pública de qualidade e pelo desenvolvimento do país. A LUTA CONTINUA!

